

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Diário Popular Class.: Min. da Amazônia
Data 25/08/93 Pg.: 09

Embaixador será novo ministro da Amazônia

¹⁹⁰
BRASÍLIA — O embaixador do Brasil em Washington, Rubens Ricúpero, foi escolhido ministro extraordinário para Articulação de Ações na Amazônia Legal. A escolha foi anunciada, à noite, pelo assessor de Imprensa do Palácio do Planalto, Francisco Baker. Segundo Baker, o Presidente telefonou à tarde ao embaixador e fez o convite, que foi imediatamente aceito. A indicação surpreendeu o Itamaraty.

Segundo assessores do Palácio do Planalto, Itamar Franco havia pensado em designar um militar para o cargo, mas acabou avaliando que a escolha poderia não repercutir positivamente junto a organismos internacionais. Pelo menos dois oficiais do Exército chegaram a ser cogitados: o presidente da Cosipa, general Romero Lepesquer, o mais cotado para o cargo, e o general Carlos Aníbal Pacheco, atual secretário de Ciência e Tecnologia do Ministério do Exército no Rio de Janeiro.

“O Presidente considerou que a no-

meação de um diplomata facilitaria os contatos com organismos internacionais”, explicou um assessor do Itamaraty. Há pouco mais de um mês, Ricúpero foi um dos embaixadores criticados pelo Presidente Itamar Franco por não defender o Brasil das acusações de responsabilidade pela chacina dos meninos da Candelária. O ministro extraordinário vai coordenar todas as ações do Governo na Amazônia Legal e terá à sua disposição uma estrutura pequena — um adjunto, um chefe de gabinete, dois assessores e uma secretária —, que poderá funcionar no próprio Planalto.

Ricúpero tem 56 anos e está há dois anos em Washington. Antes, foi embaixador do Brasil no Equador, chefe da Divisão da Amazônia e o Departamento de Assuntos Americanos do Itamaraty e foi um dos principais articuladores da criação, durante o Governo Sarney, do Pacto Amazônico, que prevê ações integradas do Brasil, Peru, Colômbia, Venezuela e Guianas em defesa do meio ambiente.



Rubens Ricúpero diz ter ficado honrado com convite feito pelo Presidente

Massacre intriga as autoridades

BRASÍLIA — O massacre dos índios ianomamis intriga autoridades policiais, indigenistas, antropólogos, políticos, líderes garimpeiros e até mesmo o bispo de Roraima, dom Aldo Mogiano. Uma série de dúvidas paira sobre a chacina que, segundo a Fundação Nacional do Índio (Funai), teria vitimado 73 ianomamis. Dom Aldo, um dos mais importantes defensores dos ianomamis, disse que só enviará um relatório formal à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) depois de encontrados os corpos. “Esconder 70 corpos deve ser uma mão de obra, mas eles podem ter feito isso”.

O antropólogo Bruce Albert, que vive com os ianomamis há 20 anos e que foi levado ao local do massacre para dar um parecer, não acredita na hipótese de cremação. “Os índios só cremam os corpos de seus parentes. Os quatro sobreviventes só cremariam os corpos de seus parentes”. A Polícia Federal também não encon-

trou provas. A ossada encontrada na aldeia Haximu seria, segundo legistas da PF, de uma pessoa morta a bala há pelo menos 30 dias — duas semanas antes do massacre.

Aparentemente, apenas o Governo, representado pela Funai, os líderes indígenas, como David Ianomami, e a Procuradoria Geral, na pessoa do procurador Aristides Junqueira, não têm dúvidas sobre o massacre. Junqueira considera que o aparecimento dos corpos não é fundamental para caracterizar o que ele chama de genocídio.

“Não encontrar corpos não significa que não houve massacre. O que eu vi foi um mar de balas no chão da maloca destruída. Em uma das panelas abandonadas no local havia perfurações produzidas por armas de três calibres diferentes. As árvores estavam descascadas por tiros”, conta o procurador, que foi à aldeia na quinta-feira da semana passada.

Corrêa proíbe entrada na área

BRASÍLIA — Os 9,4 milhões de hectares da reserva Ianomami, a noroeste de Roraima, estão fechados à visitação. Por determinação do ministro da Justiça, Mauricio Corrêa, toda visita à área demarcada, inclusive a aldeia Haximu, onde teria acontecido o massacre dos 73 índios, deverá ser autorizada por ele. Antes, a autorização era dada pela Fundação Nacional do Índio (Funai), subordinada ao Ministério da Justiça. Dessa forma, ficam invalidadas as permissões concedidas anteriormente.

Por causa do fechamento da reserva, dois diplomatas, canadense e americano, foram expulsos. O Ministério das Relações Exteriores justificou a medida em notas às embaixadas dos dois países, dizendo que seus representantes tentaram entrar na área ianomami sem autorização da Funai e do Itamaraty. As embaixadas reagiram. “A viagem foi organizada com o conhecimento e o apoio integral da

Funai. De igual modo, a Funai autorizou a visita ao local do massacre. A viagem a Surucucu foi realizada em aeronave da Funai e acompanhada por funcionários da própria”, respondeu, também em nota oficial, a embaixada canadense.

O Serviço de Imprensa da embaixada americana foi ainda mais longe: “A viagem foi autorizada pela Funai e, ao contrário do que diz a nota oficial do Governo brasileiro, o Itamaraty foi informado da viagem por nota diplomática, encaminhada sexta-feira”.

Também por determinação do ministro da Justiça, a Polícia Federal enviou para a região de Surucucu, em Roraima, seu Comando de Operações Táticas (COT), formado por 12 homens treinados em ações na selva. O grupo tentará encontrar corpos na área de Haximu, em um rastreamento na fronteira com a Venezuela.